

MUITO ALÉM DO BRASIL MERIDIONAL

HISTÓRIAS DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NAS AMÉRICAS

SILVA, Lúcia Helena Oliveira; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Airton Félix Silva (orgs.). *Escravidão e Liberdade: estudos de gênero & corpo, memória & trabalho*. São Paulo: FFCH, 2023, 470 p.

Escravidão e liberdade apresenta a trama das experiências de mulheres negras no contexto da escravização e da emancipação no Brasil e nas Américas. Gênero, corpo, memória e trabalho são temas centrais na obra organizada por Lúcia Helena Silva, Jaime Rodrigues e Airton Félix. A publicação é resultado do décimo encontro *Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, realizado em 2024, vinculado à linha de pesquisa “A experiência dos africanos e seus descendentes no Brasil”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O título do livro serve como chave de leitura para conjunturas escravistas concentradas nos séculos XVIII e XIX e também para os desdobramentos mais recentes do pós-Abolição.

A coleção é organizada em 24 capítulos divididos em duas seções. A parte inicial alia as pesquisas sobre corpo e gênero, com ênfase nas experiências de mulheres escravizadas, libertas e livres pobres. A segunda parte agrupa capítulos inseridos no eixo memória e trabalho, com questões sobre o tempo presente. É preciso destacar o debate sobre “cidade negra” através da memória e os desafios da temática quilombola.

A coletânea reúne especialistas de diversos lugares das Américas e se notabiliza pelo compromisso teórico-metodológico com temas ascendentes na historiografia, especialmente na História Social. As abordagens baseadas na *agência* dos sujeitos e a ampliação territorial para além da região austral são pontos relevantes

no sentido da construção de histórias conectadas.

O primeiro capítulo discute as “Amas de leite em Montevideu entre a escravidão e a abolição (1820-1890)”, considerando a imigração europeia e suas implicações no mercado de trabalho. Florencia Thul Charbonnier, com base na História Social do Trabalho, usa análise estatística para ressaltar a importância das amas no mercado pós-Abolição, destacando a precariedade e não a etnia, como fator que moldou suas condições.¹ A mudança no mundo do trabalho no século XIX “não implicou na saída dos afrodescendentes desse mercado, mas sim mais um exemplo de ‘branqueamento’ ocorrido na sociedade montevidéana” (p. 35). Os dois primeiros capítulos apresentam semelhanças no tema do “embranquecimento” da população dos países vizinhos. Magdalena Candiotti, autora de “As estratégias de liberdade na trajetória de mulheres escravizadas no Rio da Prata”, defende

1 Nos últimos anos, tem crescido o interesse comum em compreender os pontos de ligação e as disparidades entre as historiografias dos países vizinhos a respeito do mundo do trabalho. Ver: Juan Suriano & Cristiana Schettini (org.), *Historias cruzadas: diálogos historiográficos sobre el mundo del trabajo en Argentina y Brasil*, Buenos Aires: Teseo, 2019.

que a percepção do apagamento da memória sobre os africanos e seus descendentes na Argentina ocorreu por meio da supressão dos marcadores raciais. Candiotti analisa as estratégias de mulheres escravizadas no Rio da Prata para alcançar a alforria antes e depois da Abolição de 1853. Por meio da história de sobrevivência de mulheres escravizadas, o texto se junta a capítulos posteriores, no acesso a locais restritos às elites, por meio da “especificidade das formas femininas de acesso à liberdade” (p. 43).

No terceiro capítulo, Lúcia Helena Silva escreve “Dos afazeres de meninas de cor”, examinando a história de crianças e adolescentes, filhos de trabalhadores livres e escravizados no pós-Abolição. Com apoio da literatura, é apontado que a historiografia tem privilegiado as histórias das crianças em instituições de amparo, mas “quase não se trata das crianças que ficaram com seus pais, responsáveis e patrões” (p. 69). O leitor pode optar por avançar para o nono capítulo desta obra e conferir, no texto de Marileide Cassoli, como as elites e as autoridades policiais tentaram intervir nas vidas desses sujeitos.

Os dois capítulos subsequentes circulam pelo comércio escravista entre Recife e a Costa da Mina no século XVIII. Em “De escravizada a proprietária, ou os Minas no Recife”, por meio das relações de gênero, Filipe Melo discute a história de ascensão social de Thereza Afonso, uma africana de origem “mina”. Em “O domínio impresso nos corpos”, Suely Almeida e Luanna Oliveira tratam das marcas dos corpos escravizados como parte do controle do comércio atlântico. O autor do quarto capítulo utiliza inventários para explorar trajetórias de homens e mulheres com a mesma origem étnica. A perspectiva analítica se aproxima dos capítulos anteriores, que discutiram gênero e trabalho doméstico. A agência, isto é, a capacidade desses indivíduos de processar experiências sociais e organizar estratégias diante da dominação lusitana, mostra que “os africanos adaptavam costumes de suas sociedades egressas ao *modus operandi* da sociedade colonial” (p. 78). Almeida e Oliveira exploram documentos ultramarinos e se concentram na viagem do navio de José de Freitas Sacoto, em 1752. A “geografia das cargas” mostra como o ritual de marcar os corpos em

diferentes partes sustentava, a categoria do escravizado como “possuído” por alguém. É revelado que os corpos carregavam informações sobre fisco, passagem em aduanas “e informações privilegiadas sobre a mercadoria humana repassada aos novos senhores” (pp. 97-98).

Caroline Mariano é autora de “Por ser mulher de cor”, capítulo que retoma a discussão de gênero na cidade de São Paulo do século XIX. Em meio às formas de resistência feminina, a documentação judicial guia a investigação sobre a fiscalização e a repressão das pessoas envolvidas no trabalho urbano. A trama mostra as ações do aparelho jurídico e policial em contextos complexos de convivência íntima que “não diluiu as hierarquias e as relações de poder, sobretudo aquelas fundadas na raça – pelo contrário, as explicita” (p. 118).

No sétimo capítulo, Bárbara Santos pesquisa “As cirurgias e experimentos em corpos cativos” por meio do encontro entre a História da Escravidão e a História da Saúde. Seu foco é a produção do saber através de experimentos nos corpos negros nas Faculdades de Medicina da Bahia e de Pernambuco no Oitocentos. Os

periódicos *Gazeta Médica da Bahia* e *Annales da Medicina de Pernambuco* são analisados, com destaque para os experimentos, a resistência dos pacientes e a busca por curas alternativas. O capítulo, “além de iluminar as experiências de adoecimento, também dá vazão a outras questões [...] como os comportamentos de senhores frente às enfermidades de cativos” (p. 137).

“A economia dos castigos”, de Marcelo Ferraro, investiga a violência escravista nas plantações do Vale do Paraíba e do Mississippi no século XIX. A agricultura escravista se expandiu com as demandas da economia capitalista, legitimadas por instituições liberais. Em posse dos regimentos e manuais agrônômicos, o autor mostra como os métodos de controle dos corpos escravizados foram readaptados. As fazendas de algodão e café implementaram novos regimes punitivos destinados à disciplina dos corpos e ao aumento da produtividade, especialmente durante a colheita. Enquanto no Brasil o sistema incentivava bonificações e avaliações relacionadas à produção, no “MISSISSIPI” a abordagem era simples: violência iminente. Para Ferraro, foi a “economia simbólica

e material dos castigos, que contribuiu para que superassem os desafios que lhes foram impostos nos campos das políticas nacionais e do mercado mundial no século XIX” (p. 157)

O nono capítulo, “As criadas também têm outra vida nas suas mãos”, de Marileide Cassoli, retoma o debate sobre trabalhadoras domésticas no contexto das investigações criminais no Estado Novo. O texto mostra as expectativas da sociedade burguesa em relação às operárias, domésticas, crianças órfãs e jovens, percebidas como passivas “e passíveis de serem moldados para o trabalho, a família e a moral burguesa católica” (p. 177). Os fios que conduzem a pesquisa são os processos criminais relacionados ao defloramento de mulheres afrodescendentes que eram engajadas no serviço doméstico.

No décimo capítulo, Rachel Marques escreve “Uma análise dos discursos sobre mulheres negras e as relações de compadrio”. O texto procura revisitar esse tema consagrado e explorar suas linhagens teóricas por meio da análise bibliográfica. Fruto de uma pesquisa ainda em andamento à época do livro, Marques percorre situações de racismo e estereótipos.

A autora identifica duas vertentes sobre o parentesco no Brasil: “tratando do parentesco espiritual envolvendo pessoas escravizadas” e “o parentesco espiritual entre a população livre” (p. 188).

Os “Sentidos possíveis de maternidades negras em experiências escravizadas”, de Bruna Santo, questionam os marcadores legais da escravidão e liberdade a partir de construções sociais de gênero e raça. A investigação se concentra no processo crime de Maria Rita, mulher escravizada da nação “mina-nagô”, acusada de tirar a vida de suas filhas na cidade de Rio Pardo no Rio Grande do Sul, em 1850. Trabalho doméstico, maternidade e infanticídio atravessam a discussão historiográfica ao contestar as interpretações do infanticídio apenas como uma forma de resistência à escravidão, em detrimento das expressões da maternidade escravizada. As mulheres negras escravizadas não eram vistas como mães, mas como um “acidente de percurso” na escravidão. A maternidade negra escravizada era uma experiência complexa, dolorosa e contraditória, que levava ao “adocimento psíquico causado pela impossibilidade de viver livre das amarradas

objetivas e subjetivas da escravidão” (p. 112).

“Histórias de mulheres negras no mercado de trabalho” é o capítulo final da primeira parte do título do livro. Taina Santos averigua os impactos do racismo e do sexismo em Campinas nas últimas três décadas do século XIX, através da documentação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. A autora questiona os mecanismos de desigualdade na historiografia a partir de intelectuais negros e negras a respeito da posição das mulheres negras no mercado de trabalho:

Dessa forma, aprofundar nossos conhecimentos sobre quais teriam sido os caminhos que tornaram o trabalho doméstico uma das poucas opções para mulheres negras na sociedade contemporânea é um passo fundamental para a compreensão de parte importante da história de um dos maiores problemas do nosso tempo: o racismo e seus processos de intersecção com as outras discriminações (p. 225).

Sua interpretação é de que a desvalorização da mulher negra ocorreu por meio de um processo de racialização no contexto de declínio do regime colonial. A escolha do

texto para encerrar gênero e corpo não parece ter sido casual, pois questões como violência, infância, moralidade, discursos médicos, maternidade, entre outros, são temas presentes nos capítulos anteriores.

A segunda parte de “Escravidão e Liberdade” agrupa pesquisas sobre trabalho e memória. O primeiro capítulo, “Açúcar e escravidão”, analisa a região centro-oriental de Porto Rico e sua relação com o mercado caribenho pré-capitalista. Javier Iglesias investiga os engenhos do município de Junco, entre início do século XIX e o período da abolição em 1873. Instigado pela História Social, o autor utiliza o *corpus* documental formado por leis, testamentos e batismos. O leitor pode perceber que a demanda externa por açúcar também impactou na vida da população porto-riquenha. No pós-abolição, a elite local exerceu o papel reativo com interesse em “supervisionar” a nova condição de liberdade, “com poderes para fazer cumprir a lei dos contratos com todos os meios coercitivos, se fossem necessários” (p. 261).

No capítulo seguinte, Fernanda Silva questiona o papel da mulher negra na escrita da história do sul do

Brasil, com ênfase no Rio Grande do Sul e Uruguai. “Pós-Abolição ao Sul” revisa a historiografia para compreender os significados da liberdade na região após o 13 de maio. O texto nos remete ao último capítulo da primeira parte deste livro, discutindo a abolição na perspectiva da mulher negra. Santos foca em jornais, clubes e associações negras que reivindicavam direitos políticos, assim como o papel das mulheres nesses espaços marcados por hierarquias de gênero. Para a autora, esses espaços não eram necessariamente excludentes e “a depender dos projetos políticos compartilhados em uma mesma associação, as fronteiras de gênero podiam ser diminuídas” (p. 285).

“Racismo Religioso, Estado Laico e Ensino de História” é um dos capítulos sobre problemas atuais. A partir dos referenciais da História das Religiões, Alessandra Ferreira e Maria Coelho investigam a violência contra as religiões de matriz africana no Brasil e os desafios no combate ao racismo e à intolerância religiosa. As autoras afirmam que “no contexto de disputas de narrativas, cabe ao professor de História tratar dos temas sensíveis em sala de aula” (p. 304). O caminho

proposto para o processo de ensino e aprendizagem envolve a mobilização dos mais diversos recursos existentes. O próximo capítulo, intitulado “Disputando Territórios no Latifúndio do Saber”, também discute a questão educacional, com ênfase na educação quilombola. Jadson Reis e Arkley Bandeira mobilizam a bibliografia para assegurar que “a categoria quilombola ganha contornos de movimento social a partir da mobilização teórica e política empreendida pelo Movimento Negro e seus intelectuais” (p. 321). Os autores destacam a ação do Movimento Quilombola na conquista de uma educação diferenciada a partir do início do século XX.

“Um roteiro por São Paulo, cidade Negra”, de Jaime Rodrigues, é o resultado de um projeto realizado no curso de graduação de história da Universidade Federal de São Paulo em 2017. A memória é novamente destacada para explorar os vestígios de uma São Paulo negra. A pesquisa destaca o bairro da Liberdade como local histórico de presença negra em São Paulo, apesar do apagamento dessa memória. Diante da incompatibilidade entre o desenvolvimento capitalista e a preservação da memória, não há dúvida

sobre “a luta travada no passado e no presente e a necessidade de ampliar as formas de resistência contra o apagamento do passado” (p. 333).

O próximo capítulo, ambientado na obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, discute a condição do negro no início do século XX. Por meio da história social, Denilson Botelho discute a “A questão racial na História e na ficção de Lima Barreto no Brasil do pós-Abolição”. Sua análise é focada no personagem Ricardo Coração dos Outros, na denúncia dos estigmas de raça e classe. No contexto autoritário, problemas como o “mito da indolência” do trabalhador negro persistiam na sociedade republicana, refletindo dilemas sobre Lima Barreto “que é ao mesmo tempo pessoal e uma questão do seu tempo histórico” (p. 347).

“Contar, classificar, representar” é o décimo oitavo capítulo, que discute as pesquisas estatísticas do Império no início do século XIX, questionando seus objetivos e os projetos em disputa. Em um texto bem elaborado, Regina Célia Xavier investiga relatórios legislativos, anais, leis e memórias para compreender as disputas políticas pela ampliação de representantes junto

à Assembleia. A autora apresenta as discussões da Comissão de Estatística, Colonização e Catequese, que “ao tentar compulsar os dados necessários ao seu trabalho, o fazia em um contexto no qual as diferentes formas de hierarquizar e classificar a população estavam em pauta” (p. 359). A “cidadania política” excluía a “cidadania civil”, inviabilizando a participação de mulheres, indígenas não aldeados e escravizados na política. A imigração europeia, experiências locais e modelos estatísticos internacionais foram discutidos, mas a sua implementação dependia do jogo político, que poderia afetar o equilíbrio nacional.

“Vivendo do que a terra dá” é o capítulo escrito por Fábio Rocha, no qual se discute as trajetórias dos lavradores negros e o processo de imigração em São Paulo no pós-Abolição. O contexto apresentado anteriormente por Jaime Rodrigues serve de ponto de partida para o leitor compreender a lógica urbana segregacionista que expulsou uma parcela da população negra do centro da cidade. Baseado em inquéritos policiais e processos-crime, o autor questiona a falsa dicotomia entre urbano e rural em São

Paulo, expondo uma narrativa sobre a cidade baseada no protagonismo negro. As estratégias dos egressos do cativeiro entre a migração e a permanência na cidade mostram a tentativa de contornar as adversidades, como o recuo do estilo *caipira*. No entanto, o crescimento urbano a partir de 1920, “acomodou diversas caracterizações racializadas sobre os modos de ser e de morar” (p. 389).

“Sobrevivendo na urbe” traz os significados da categoria de cor atribuídos a três homens que enfrentaram acusação de furto na cidade de Porto Alegre durante o governo Vargas. A partir de fontes judiciais, Sarah Silva analisa como as reformas institucionais nos órgãos repressivos adotaram padrões profissionalizados de identificação e racialização. Os acusados se aproximavam pela classe e se afastavam pela cor. A autora afirma que “a cor da pele era passível de ser lida como um marcador capaz de identificar essas tendências, devendo ser sempre assinalada em procedimento de identificação” (p. 402). Após a escravidão, a cor tornou-se o marcador social indicativo de inferioridade para políticos, autoridades policiais e intelectuais. O contexto dialoga com o capítulo escrito

por Carol Cassoli, no que diz respeito ao verniz intelectual das investigações criminais “neolombrosianos”.

“Escravidão e quilombamento” debate a escravidão nos sertões e revela a dificuldade de representar o negro nesse território. Para Carolina Pereira, a palavra quilombo ganhou uma nova semântica e “o que chamamos de *quilombo* tem gênese diferente do quilombo clássico da historiografia” (p. 423). O quilombo deixou de ser uma oposição ao sistema escravista, buscando garantir direitos previstos na constituição através do Estado. A crítica se concentra na presença dos escravizados e libertos no mundo do trabalho campesino na Chapada Diamantina. Trabalho e memória são categorias articuladas através de um diálogo historiográfico entre a História Econômica e a História Social da Escravidão. Apesar dos fragmentos, há otimismo quanto ao avanço da pesquisa sobre quilombos sertanejos, possibilitado por cruzamentos de fontes e empréstimos metodológicos a partir dos sujeitos para perquirir seus grupos.

O penúltimo capítulo é um convite à região amazônica pelas memórias do quilombo “Real Forte Príncipe da Beira” desde suas origens no século

XVIII. Daniela Yabeta de Moraes recorre às fontes digitalizadas pelo Projeto Resgate e Hemeroteca Digital para discutir a comunidade remanescente no município de Costa Marques (RO). O exército brasileiro tem investido contra as comunidades, resultando na vulnerabilidade das famílias que resistem às tentativas de expulsão. Para Moraes, a alternativa a essas abordagens é a memória ligada à experiência escravista e dos pós-Abolição através da “abertura de processo administrativo em busca da garantia do território que ocupam, de acordo com a Constituição Federal de 1988” (p. 445). Três capítulos discutiram o quilombo, o movimento quilombola e seus integrantes em diferentes perspectivas. O que certamente não é uma coincidência. Estamos diante de um alargamento fundamental nos estudos sobre ancestralidade e ressignificação das comunidades quilombolas na história e na cultura afro-brasileira no Brasil.

No capítulo final da coletânea, Airton Félix Souza questiona o município de Santos em “Uma cidade Negra” e atlântica na primeira metade do século XIX. Seu desafio é saber se Santos “poderia ser inserida na

categoria *cidade negra*, assim como aferir o próprio uso do termo e sua aplicação para o caso santista” (p. 445). A presença negra na cidade discutida em capítulos anteriores é retomada através da associação entre a historiografia e a literatura de viagem. Apresentam-se indícios de uma cidade diferente da imagem produzida pelo no âmbito do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo antes dos anos 1930 e atualizadas pelos modernistas. A rigor, as disputas para cunhar, cristalizar ou apagar memórias são realizadas na esfera do embate político e das narrativas.

Dar contornos a uma coletânea não é tarefa fácil, especialmente quando há muitos temas distribuídos em muitos capítulos. A percepção é de que cada parte do livro poderia fundamentar obras distintas. Há um pequeno desequilíbrio na qualidade das discussões apresentadas, com alguns textos um pouco apressados. Em seu conjunto, o livro confirma o entendimento da escravidão de maneira complexa. Os pesquisadores recorrem a métodos e fontes que valorizam as ações dos sujeitos e suas perspectivas diante dos diferentes contextos históricos analisados em conjunto com

dados estruturais. Nas últimas décadas, algumas correntes historiográficas passaram a considerar o escravizado como central nas relações de trabalho no Brasil e nas Américas.

O livro nos permite refletir sobre a história conectada entre as experiências dos africanos e afrodescendentes nas Américas. Com isso, é possível vislumbrar o tema aos moldes de uma História Global do Trabalho.² Embora o trabalho represente um eixo temático, é evidente a escassez de pesquisas relacionadas aos mundos do trabalho, provenientes da História Social do Trabalho.

A primeira parte da obra é mais fiel à proposta geral, enquanto a segunda promove uma agenda historiográfica importante no combate ao apagamento da presença afro-brasileira. Em alguns momentos, o leitor pode sentir falta de um mergulho nos conflitos do mundo do trabalho, mas isso não diminui o valor da obra. Por exemplo, além das dinâmicas comerciais dos engenhos de Porto Rico, como esses trabalhadores escravizados e libertos desenvolviam suas estratégias cotidianas? Em outro

2 Marcel van der Linden, *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*, Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

exemplo, o interessante trabalho sobre o Real Forte Príncipe da Beira teve dificuldade em apresentar as disputas entre militares e quilombolas por conta de uma limitação na pesquisa em função dos impactos da Covid-19.

O volume segue no percurso da superação da história linear, trazendo temas autênticos e inovadores. É preciso ressaltar a capacidade da obra em apresentar a pluralidade dos processos históricos de maneira articulada para além da região sul. A renovação historiográfica visível nos métodos de pesquisas e nos objetos de estudos, traz o frescor necessário para aprofundar os estudos sobre as peculiaridades das experiências escravistas e os desafios do pós-Abolição nas Américas.

Alan Costa Cerqueira  

Universidade Federal da Bahia

doi: 10.9771/aa.v0i70.65891